

FORMAÇÃO ESPECIALIZADA — UM PROBLEMA A RESOLVER

Verifica-se com alguma frequência entre nós o facto de um bibliotecário-arquivista em serviço numa biblioteca ser provido em lugar de categoria igual ou superior de um arquivo, ou vice-versa. Também sucede, talvez ainda mais frequentemente, um bibliotecário de determinado tipo de biblioteca transitar para biblioteca de tipo muito diverso. Naturalmente, os casos em que isso acontece não são numerosos quando considerados em absoluto, mas assumem certa importância quando considerados em relação ao reduzido número de bibliotecários-arquivistas de que dispomos e ao âmbito limitado em que as transferências se processam.

Dir-se-á — e é verdade — que o acesso ou a simples transferência, em qualquer dos casos apontados, são integralmente legítimos perante a lei e perante a moral, pois, apresentando os candidatos um diploma que lhes garante oficialmente a entrada tanto em arquivos como em bibliotecas do Estado, e até em qualquer tipo de arquivo ou biblioteca, nada se opõe a que um bibliotecário-arquivista opte indiferentemente por um ou outro lugar, desde que essa oportunidade lhe seja facultada, e ele veja nisso uma vantagem de ordem pessoal.

Todavia, o facto constitui o sintoma iniludível de um grande problema da nossa profissão: a ausência de uma formação especializada que garanta um nível técnico e científico susceptível de ser equiparado ao de tantas outras profissões.

O actual Curso de Bibliotecário-Arquivista, está, em boa parte, na base do problema. Antes de mais, quem pretenda diplomar-se em Biblioteconomia e Arquivística terá a decepção de verificar que da primeira matéria apenas encontrará *uma* disciplina («Bibliologia e Biblioteconomia»), ao passo que da segunda terá nada menos que *quatro* («Paleografia e Diplomática», «Aperfeiçoamento de Paleografia», «Arquivologia e Arquivoeconomia» e «Numismática» — se é que uma «Numismática», semestral ou não, tem no caso alguma utilidade). Daí poderíamos concluir que a formação será muito desequilibrada, com largo prejuízo da Biblioteconomia. Mas, pondo uma hipótese absurda, isto é, admitindo que a formação resulta completa e homogénea, será possível acreditar que um diplomado com o Curso de Bibliotecário-Arquivista atinja um nível de qualificação pós-universitário *simultaneamente* em duas matérias já tão vastas e complexas como são a Biblioteconomia e a Arquivística? Estaremos ainda, em 1967, dispostos a pensar que os nossos diplomados podem prescindir de uma formação que, embora assente

em determinadas bases técnicas inalienáveis, seja altamente especializada, para alcançar verdadeira altura e eficiência:

Na prática há apenas uma possível compensação para essa anomalia: o bibliotecário-arquivista, uma vez obtido o seu diploma, ingressa no lugar que lhe estaria de antemão reservado ou que lhe surge na oportunidade, e então, se não preferir dormir sobre os louros colhidos, tem um caminho para a especialização, apontado pelo tipo de arquivo ou biblioteca a que o seu trabalho fica ligado. Não se trata, evidentemente, de uma vocação, de uma escolha «de dentro para fora» (ou sê-lo-á por mera coincidência), mas sim do seu inverso, de uma pressão exercida por condições exteriores. E, valha a verdade, há que fazer, sob este aspecto, completa justiça aos bibliotecários-arquivistas portugueses pela devoção com que estudam e enfrentam os problemas técnicos da sua profissão, apesar das circunstâncias em que o fazem.

No entanto, essa especialização tem um carácter puramente pessoal, não transcende os limites do indivíduo; é incompleta porque se confina a certas possibilidades, quase sempre bastante reduzidas; e constitui, por parte do bibliotecário-arquivista, uma forma de autodidactismo, de zelo profissional, de que aliás ninguém lhe pede contas nem o valoriza para promoções ou simples informações de serviço, visto não ser reconhecida como título oficial. Neste aspecto, a classificação do bibliotecário-arquivista com base no seu currículo, preconizada no decreto-lei 46 350, apresenta-se apenas como indício de uma tendência, por enquanto sem concretização evidente. Em contrapartida, isso tem a vantagem de não obstar à sua transferência de uma biblioteca para um arquivo ou em sentido contrário, ou de uma biblioteca infantil para outra universitária, onde começará de novo a «especializar-se», se quiser.

Não é mais brilhante a situação dos documentalistas portugueses, cuja qualificação oficial se limita à que lhes advém da sua formação de base universitária. Como técnicos da documentação eles não existem legalmente, muito embora desempenhem de facto essas funções (com a competência que todos nós lhes reconhecemos), além de que, não existindo curso que oficialize a sua situação, recorreremos mesmo à necessidade de os definir segundo um critério puramente empírico com que nem todos se conformarão e que não exclui a aceitação de um forçado autodidactismo. Ora não se poderá afirmar com razão que um centro de documentação dispense o concurso de pessoal altamente especializado.

Francamente pensamos que as coisas não podem passar-se assim. Um arquivo difere estruturalmente de uma biblioteca, um arquivo histórico muito pouco se assemelha a um arquivo administrativo, e os vários tipos de bibliotecas são um mundo: nacionais, universitárias, especializadas, populares, escolares, infantis. Por seu turno, os centros de documentação não só divergem muito dos arquivos e bibliotecas mas também se diferenciam entre si pela especialização temática e pelo tipo de instituição que servem. E a verdade é que, em qualquer das matérias, os conhecimentos teóricos e práticos hoje acumulados já não se compadecem com umas noções genéricas e superficiais. Numa época em que a especialização atinge profundamente as mais variadas profissões, como a Medicina, a Engenharia, a Economia,

o Direito — o sincretismo da nossa formação só pode inferiorizar-nos perante os outros. É preciso, de facto, ultrapassarmos rapidamente esta fase que de dia para dia se torna mais insustentável e confusa, e decidirmo-nos por uma fórmula mais evoluída que abra amplas perspectivas de solução.

Provavelmente, acabaremos por fixar-nos num esquema integrado por:

- Uma formação técnica de base;
- Uma formação especializada repartida em Biblioteconomia *ou* Documentologia *ou* Arquivística.

Para além desta especialização fundamental, o problema duma especialização mais específica poderia ser resolvido com a criação de bibliotecas-pilotos dos vários tipos acima definidos, que porporcionariam estágios proveitosos aos que pretendessem especializar-se em cada tipo (está provado que uma biblioteca perfeitamente organizada é mais convincente e mais útil do que uma rede de bibliotecas dispersas, mal organizadas e mal apetrechadas).

Com o actual estado de coisas, é natural que, por exemplo, a abertura de um grande quadro, como será o da futura Biblioteca Nacional de Lisboa, dê como resultado o ingresso de bibliotecários-arquivistas das mais diversas origens, decerto na maioria desprovidos da preparação específica que uma biblioteca nacional requer.

Entretanto, convém notar que não é possível, nem vantajoso sob qualquer aspecto, formar especialistas sem que as necessidades do meio os exijam — e essa exigência só surge a partir de determinada *dimensão*, que constituirá factor de procura e de diversificação de tarefas a um nível crescente de especialização. Ora, neste momento, as nossas bibliotecas, arquivos e centros de documentação não possuem dimensão que justifique uma diferenciação muito específica na formação profissional dos seus técnicos.

Contudo, esse baixo nível de exigência é fictício. Em primeira análise, é fictício porque a nossa rede de bibliotecas, arquivos e centros de documentação é forçada, pelo imobilismo e carência dos quadros, a conservar-se muito abaixo das necessidades normais do País, quer tenhamos em conta o número de habitantes, quer a superfície do território, quer a densidade e o nível cultural da população, quer ainda a evolução decorrente da actual fase de desenvolvimento económico; é fictício também porque a maioria dos estabelecimentos que existem não funciona de modo a exercer uma actividade útil e eficiente; é fictício finalmente porque, de entre os que funcionam, raros são os que dispõem de boas condições de instalação e dotação. Por outras palavras: *não é propriamente o meio que não exige especialistas, mas sim a deficiência das estruturas que leva a uma sonegação das necessidades reais.*

Deste modo, não bastará que um diploma legislativo reforme o curso de preparação profissional e que os candidatos escolham um caminho entre os muitos que se lhes abrem. É indispensável que se estabeleça um equilíbrio entre a produção e o consumo, isto é, *que a estruturação das possibilidades de especialização seja planificada em conjunto com as necessidades do País*, mas é indispensável também que *esse equilíbrio se faça numa base mais elevada e mais ampla* do que a possível com as estruturas actuais.

Em conclusão: precisamos de mais diplomados em Biblioteconomia ou Documentologia ou Arquivística — e de mais bibliotecas, centros de documentação e arquivos. Na verdade, só uma ampliação da rede nacional de tais estabelecimentos pode permitir que as exigências de especialistas no provimento dos lugares não redunde em lamentável prejuízo das possibilidades de acesso ou transferência que devem ser inerentes aos direitos de cada funcionário.

Enquanto as coisas não forem encaradas com mais larga e justa visão, continuaremos a debater-nos e a lutar dentro da exiguidade dos quadros — quantas vezes à custa da solidariedade pessoal — fechados num círculo vicioso em que somos poucos e deficientes porque não vale a pena sermos mais e melhores.

ADELINO CALADO